



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DO PROGRAMA SISU: ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DE HISTÓRIA DE VIDA

Rubia Nathalia Guimarães Divino (Estudante) – rubiaguidinprojetos@gmail.com
André Luís de Castro (Orientador) - ancastro@gmail.com
UNESPAR – Campus Paranavaí

Resumo: Nosso país é marcado por uma assimetria social acentuada, refletida nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como, a inexistência de equidade em relação a oportunidades em cargos e remuneração para determinados grupos. Por essa razão, cabe discutir como as ações afirmativas da política de cotas podem contribuir para o acesso da mulher negra ao ensino superior e sua formação para o mercado de trabalho, em especial num momento conturbado da política, em que o governo federal interino rebaixou o Ministério de Igualdade Racial para uma secretaria. A discussão se baseia na literatura que discute a integração do negro na sociedade brasileira e as ações afirmativas (Souza Santos, 2003). Essa pesquisa qualitativa utilizou a história oral como meio de análise de informações, sendo coletados relatos de quatro cotistas do programa SISU de uma universidade estadual localizada no interior do Paraná. Foi constatado que as perspectivas dessas mulheres quanto à conclusão do ensino superior, estão como cabedal de sustentação de seus meios de vida. Em contrapartida, dependendo das áreas de atuação, umas se veem estudando mais para alcançar as perspectivas que elas mesmas projetam como meta, ou porque o mercado local discriminatório não a inclui, em função da raça e gênero. Diante disso, faz-se necessário discutir essa questão de maneira aprofundada, pensando na relação do mercado de trabalho e das universidades com as questões de gênero e raça.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Cotas raciais, Ensino Superior.

Introdução

Apesar de mais da metade da população brasileira se autodeclarar negra, somente 9,6% dessa população entre 17 a 24 anos estão no ensino superior. Pesquisa em 18 países constatou que mulheres, indígenas e negros tem salários inferiores aos brancos da América Latina. No Brasil, essa disparidade é ainda maior, mesmo com igual ou maior nível de estudo, mulheres ganham 30% a menos que o sexo oposto. A diferença percentual se aplica também a negros e indígenas, ou seja, a disparidade é considerável e dual: gênero e raça. (IDB; 2012; IBGE, 2013).



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

Ser mulher negra em um país desigual significa maiores dificuldades em diversos aspectos. As limitações no acesso à educação e trabalho formal as quais estão sujeitas as mulheres negras justificam a importância de estudos com esse enfoque.

Partindo do pressuposto que nosso país é marcado por uma assimetria social acentuada, refletida nas oportunidades de inserção de mercado de trabalho, assim como em sua maioria, a inexistência de equidade em relação à oportunidades em ocupações e remuneração para ambos, cabe ser discutido um pouco mais a fundo como as ações afirmativas dentro da política de cotas podem contribuir para a inserção da mulher negra no ensino superior, bem como a sua formação para um mercado de trabalho em narrativas que refletem a ação dessa escolha.

O sistema de cotas está relacionado à contemplação de pauta das Políticas de ações afirmativas não só em âmbito federal (Decreto Federal 4.228/02) que contempla mulheres afrodescendentes e portadores de deficiência, e também no âmbito estadual tem como intuito o reconhecimento positivo de identidades em discriminação, desconstruindo estereótipos e valorando a pluralidade cultural, diante da diversidade com planos e ações conjuntas. Por isso, a necessidade de se reconhecer as diferenças a fim de que essas diferenças não reproduzam ou alimentem as desigualdades (SOUZA SANTOS, 2003, p.56).

As ações afirmativas podem se configurar em uma estratégia para equiparar a mulher negra dentro de uma sociedade assimétrica, combatendo a desigualdade de raça e gênero. Nesse sentido, surge a questão: até que ponto as cotas raciais dentro das diretrizes de políticas afirmativas nas universidades estaduais podem auxiliar e contribuir com as mulheres negras no avanço de oportunidades?

Materiais e métodos

Esta pesquisa qualitativa utilizou o método “História de Vida”. Segundo Farias (1994), este método busca trabalhar a memória, mesmo que esta seja seletiva, aprofundando mais alguns campos e afastando outros da problematização.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

Foram selecionadas quatro mulheres negras que entraram numa universidade estadual paranaense por meio do SISU em cotas raciais. São apresentadas no trabalho com nomes fictícios. Os relatos delas foram gravados e posteriormente analisados, buscando entender a narrativa.

Resultados e Discussão

Percebe-se que o maior impulso dessas mulheres em fazer um ensino superior é buscar melhores condições de vida, uma vez que algumas delas são as primeiras ingressantes da família no ensino superior.

minha mãe, ela era cortadora de cana mais aposentou, há muitos anos atrás porque, por causa do movimento repetitivo ela tem uma doença muito pior que a LER, e meu padrasto, eu não moro com meu pai, meu pai não me registrou, eu moro com meu padrasto desde pequena. O meu padrasto trabalha em uma indústria aqui em Graciosa, ele é operador de empilhadeira. Ele só tem o ensino médio, minha mãe nem o ensino médio ela concluiu (entrevista da Lais).

Lima (1995) afirma que as mulheres que vinham das classes mais baixas se direcionavam à trabalhos de prestação de serviços e empregos ligados à produção industrial, ocupando, assim, a maior parcela da força de trabalho feminina, nos serviços mais desqualificados como principal, o serviço doméstico. Os dados do IBGE endossam esse posicionamento quanto a questão de escolaridade quando observa que a variável percentual de mulheres negras no ensino superior no Sul é de 10%, dessas apenas 5,7% conseguem concluir o ensino superior.

O SISU e as cotas raciais são vistos como uma a oportunidade de ingresso na universidade pela nota do ENEM.

sempre estudei em escola pública, e desde que a gente estuda em escola pública a gente sente uma dificuldade, então assim pra mim eu fiz magistério então queria fazer pedagogia e no ano era particular, então eu não tinha condições de pagar a faculdade e pagar o ônibus pra vir todo dia, então aqui lançou o SISU e com a nota do Enem ai eu decidi jogar minha nota aqui pra mim fazer o curso (entrevista da Aline)

Principalmente em enfermagem por ser um curso que tem muita mulher, homem é muito valorizado, eu acho assim que pra você conseguir uma boa enfermagem você precisa estudar muito, assim eu já fiz meu técnico, quero fazer minha graduação, quero fazer duas, três pós graduações pra ver se eu consigo ganhar bem (entrevista da Debora).



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

A fala de outra entrevistada vai no mesmo sentido:

Assim com o ensino superior a chance é um pouco maior né, mais não aqui nessa região, em outro lugar sim. Aqui na região nessa área de administração tem pouco trabalho, em outras áreas sim, mais administração, aqui não. Vejo dificuldade como mulher negra em conseguir trabalho, sempre tem (...) é por isso que eu tô tentando outra faculdade, pedagogia e administração porque se uma não der certo é a outra, faço a distância semi presencial uma vez na semana. E estágio que eu faço é por pedagogia. Em administração eu não consigo estágio (entrevista da Lais).

Silva (2014) reitera afirmando que os processos organizacionais que produzem regimes de desigualdade, implicam na própria.

Complementando, Lima (1995) afirma que, por mais que haja acesso, existem dificuldades que dificultam a permanência nos estudos.

Das quatro participantes duas relataram preconceito quanto a trajetória de vida e em relação ao mercado de trabalho: *Vejo dificuldade como mulher negra em conseguir trabalho, sempre tem* (entrevista da Lais).

Debora sente dificuldade na concorrência de mercado quando se trata de gênero, mas não relatou nada em relação a raça. As outras duas participantes, disseram não perceber preconceito de nenhum tipo: *nunca aconteceu nada, sou tratada como qualquer um. Ensino fundamental e médio também foi normal, acho que nunca soufrí preconceito* (entrevista da Joana).

Oliveira (2004, p. 57-60) afirma que ser negro é um posicionamento político onde é assumida sua identidade ancestral negra. A identidade étnica/racial está relacionada a cultura, política e construção, sentimento de pertencimento e ressalta como é duro e doloroso a aceitação, visto que os modelos afirmativos positivos que em sua maioria, não são divulgados ou apresentado a esse indivíduo que também não é respeitado em meio a diversidade. Apesar disso, as participantes percebem sua realidade social e a falta de oportunidades que a maioria dos pais tiveram pra melhor condição de vida e estudo.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

É preciso promover debates e discussões sobre as mulheres negras e a minoria negra dentro das Universidades, em especial quanto à percepção do preconceito institucionalizado dentro do meio acadêmico.

Considerações finais

A oportunidade do ensino superior através das políticas afirmativas e de inclusão é vista pelas participantes da pesquisa como mecanismo de qualificação que reduz a desigualdade no mercado de trabalho. A discriminação dessas mulheres por raça e gênero pode ser observada em seus relatos, no entanto, algumas não conseguem perceber preconceitos pela naturalização advinda de um ambiente precário e das dificuldades de acesso a informações.

Apesar disso, pode-se observar que as participantes entendem que precisam estudar mais pra alcançar seus objetivos, uma vez que o mercado local possui práticas discriminatórias de raça e gênero.

Referências

- FARIAS, I.C.(1994) Um troupiér na política: entrevista com o general Antonio Carlos Muricy. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Inter-American Development Bank (IDB). New century, old disparities : gender and ethnic earnings gaps in Latin America and the Caribbean. Washington, IDB, 2012.
- LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras. Revista Estudos Feministas. IFCS/UFRJ, vol. 3, n. 2, 1995.
- SILVA, N.C. Interseção de Raça, Gênero e Classe: Uma Análise dos Regimes de Desigualdade Expostos Pelos Relatos de Mulheres Negras num Web Blog.XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, Setembro de 2014.
- SOUZA SANTOS, B. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: _____. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.